



Senado vota prorrogação de contrato temporário de pessoal

Antes da votação, líderes se reúnem para definir esforço concentrado durante o período eleitoral. Medida provisória que prorroga contratos beneficia três ministérios

O Senado deve votar hoje a medida provisória que prorroga contratos temporários de pessoal nos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A MP

está trancando a pauta de votações. Mais cedo, os líderes partidários se reúnem para definir duas semanas de esforço concentrado neste mês e uma terceira em setembro, antes das eleições de outubro.

Os senadores podem votar também o projeto de lei que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade e o substitutivo da Câmara que tipifica o crime de importunação sexual. **3**

Gerardo Menezes/Agência Senado



Paim (C) comanda a audiência sobre as causas do déficit de R\$ 16 bilhões no fundo de pensão dos Correios, Postalis

Debate: déficit no Postalis foi causado por má gestão

Dirigentes de associações e sindicatos de funcionários, aposentados e pensionistas dos Correios disseram em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos que os trabalhadores da empresa estão pagando pelo

deficit de R\$ 16 bilhões causado pela má gestão no fundo de pensão Postalis. Autor do pedido de debate, o senador Paulo Paim disse que o problema do Postalis é reflexo da tentativa do governo de privatizar os fundos de pensão. **3**

Debatedores criticam expansão do sinal de rádios comunitárias

Em audiência pública no Conselho de Comunicação Social, dirigentes da Anatel e do Ministério das Comunicações criticaram o projeto que

permite o aumento do sinal das rádios comunitárias. A proposta já foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O conselheiro Marcelo Antônio Cordeiro ouve Rodrigo Gebrim na audiência



Governo recorre à sociedade para fiscalizar merenda escolar

Sem braços suficientes para fiscalizar a forma como prefeitos e governadores aplicam os quase R\$ 4 bilhões anuais da merenda

escolar, o MEC conta com 80 mil conselheiros voluntários, que verificam desde a licitação até o trabalho das merendeiras. **4**

Eduardo Aigner/MDA



Governo federal envia dinheiro a estados e municípios para merenda

Redução de preço do óleo diesel será discutida hoje

A medida provisória que reduziu o preço do óleo diesel até o fim deste ano será tema de uma audiência pública hoje, promovida pela comissão mista que analisa o tema. Representantes de caminhoneiros, de engenheiros da Petrobras e de comerciantes devem participar do debate. **3**

Audiência avalia impacto de cortes orçamentários do governo

A Comissão de Direitos Humanos debate hoje os impactos dos cortes orçamentários setoriais impostos desde 2016 pelo governo, como resposta à crise fiscal. Com a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, cortes de R\$ 580 milhões devem afetar bolsas de pesquisa e pós-graduação. **3**



Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

Comissão avalia parecer sobre fim do Fundo Soberano

Relatório de MP do setor petroquímico será apresentado

Colegiado analisa nomes para três embaixadas

2



Estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais ou do DF podem participar do concurso de redação do Senado Federal.

www.senado.leg.br/jovemsenador

(61) 99187-2248

/senadofederal

0800 612211

Parceria:



Realização:



Potência maior de rádios comunitárias é criticada

Em audiência no Conselho de Comunicação Social, Anatel e Ministério das Comunicações disseram que projeto que altera o limite para esses veículos é inviável. Texto do Senado está na Câmara

EM AUDIÊNCIA NO Conselho de Comunicação Social (CCS), a Anatel e o Ministério das Comunicações alegaram ontem que há inviabilidades técnicas para o aumento da potência das rádios comunitárias, previsto no PLS 513/2017, já aprovado pelo Senado e em análise na Câmara.

Segundo o texto, as rádios comunitárias poderão ter uma potência de até 150 watts, seis vezes a potência máxima vigente, que é de 25 watts.

O Senado também aprovou que esses veículos o passem a contar com dois canais de transmissão nas regiões onde funcionam.

Segundo o chefe da Assessoria Técnica da Anatel, Marcus Vinicius Paolucci, o aumento da potência alargaria o problema da interferência entre emissoras, exigindo maior distância entre elas e, conseqüentemente, reduziria o número de rádios comunitárias em funcionamento.

— A Anatel entende que o resultado será a inviabilidade da prestação do serviço de radiodifusão comunitária por grande parte dos interessados.

Para o coordenador-geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Co-



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O conselho deve elaborar parecer que será encaminhado aos parlamentares

municações, Rodrigo Cruz Gebrim, a proposta vai na contramão da expansão das rádios comunitárias.

— Se todas as rádios comunitárias pedissem o aumento de potência, teríamos um caos. A interferência seria a regra entre as comunitárias.

O conselheiro Paulo Ricardo Balduino afirmou que as manifestações da Anatel e do ministério devem ser consideradas pelos parlamentares.

— Vamos verificar o que pode ser feito para corrigir o rumo do tratamento deste assunto — argumentou.

Gebrim também não recomenda a aprovação do PLS 55/2016, que permite às rádios comunitárias a venda de publicidade e a veiculação de propaganda comercial e de interesse público. Segundo ele,

a proposta quebra a harmonia em relação à complementariedade dos sistemas de radiodifusão composta por rádios comunitárias, educativas, estatais e privadas.

Parecer

A posição do ministério e da Anatel subsidiará a elaboração de um parecer que deverá ser encaminhado aos parlamentares pelos conselheiros. Para a conselheira Maria José Braga, é necessário rever a legislação referente às rádios comunitárias para garantir a prestação desse serviço à população.

— A ideia é que houvesse ações do estado para que de fato tivéssemos um sistema público e comunitário de radiodifusão. Não vejo essa harmonia que o ministério diz que será quebrada — afirmou.

Comissão analisa relatório sobre Fundo Soberano

O relatório para a medida provisória que extinguiu o Fundo Soberano do Brasil (FSB) será apresentado hoje na comissão mista da MP 830/2018. O relator, deputado Mendonça Filho (DEM-PE), apresenta seu voto na reunião que começa às 15h30.

Criado em 2008 como uma reserva financeira para o país, o fundo tinha, até o fim de 2017, um patrimônio de R\$ 26 bilhões. O FSB também tem por finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e

no exterior e formar poupança pública. Mas o governo alega que o contexto macrofiscal mudou radicalmente, tornando menos óbvios os benefícios de se manter a operacionalidade do FSB.

A intenção da Poder Executivo é que os recursos sejam destinados ao pagamento da dívida pública federal.

Segundo o relator, o fundo constitui um caso claro de uma excelente ideia implementada no momento errado, “que se tornou vítima de uma admi-

nistração irresponsável”.

“O governo baseou-se em um momento fora da curva, quando um conjunto de fatores contribuiu para a apresentação de um resultado primário notável, porém efêmero. A prova desse pecado original está no fato de o FSB ter recebido tão somente um aporte: o primeiro. Depois disso, a sangria de recursos só foi estancada quando o atual governo reverteu a trajetória crescente de gastos indiscriminados e endividamento sem controle”, diz Mendonça Filho.

Relatório de MP sobre isenção do setor petroquímico será lido hoje

O relatório sobre a medida provisória que põe fim à desoneração de tributos do setor petroquímico será apresentado hoje à comissão mista que analisa o texto. A MP 836/2018 revoga, a partir de 1º de setembro, o Regime

Especial da Indústria Química. O relatório é do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP). A MP extingue o “crédito presumido” de PIS/Pasep e Cofins sobre a compra de etanol por centrais petroquímicas para a produção de polietileno.

Colegiado analisa indicações para três embaixadas brasileiras

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne hoje, às 10h, para apresentação de relatórios sobre indicações para embaixadas. Ana Amélia (PP-RS) é relatora da indicação de Eduardo Bote-

lho Barbosa para a Sérvia. O nome de Fernando Apparicio da Silva para o Vietnã tem voto favorável de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Glivânia Maria de Oliveira foi indicada para o Panamá. A relatora é Kátia Abreu (PDT-TO).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Ferrovia de Integração Centro-Oeste

9h Análise do PLC 83/2017, que institui o Programa Bicicleta Brasil, e de requerimentos. Após, debate sobre investimentos da Vale em ferrovia de Mato Grosso.

CAE Plano de recuperação judicial

10h Entre 14 itens, o PLS 219/2009, que permite a associações e fundações requererem plano de recuperação judicial.

CRE Sérvia, Panamá e Vietnã

10h Indicações de embaixadores.

CDH Brinquedos adaptados

11h30 O PLS 382/2011, que cria cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 23 itens.

CE Educação básica

11h30 O PLS 194/2016, que obriga escolas a exibir resultados do Ideb, está na pauta de 16 itens.

CMA Lixo em locais públicos

11h30 O PLC 169/2017, que reforça a proibição de descarte de lixo em lugares públicos, é um dos 10 itens.

MP 838/2018 Subsídio ao óleo diesel

14h Audiência com representantes dos caminhoneiros, das distribuidoras de combustíveis e dos engenheiros da Petrobras.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta a MP 829/2018, que prorroga contratos no âmbito de três ministérios.

CDH Cortes orçamentários

14h30 Audiência sobre impactos setoriais dos cortes orçamentários. Entre os convidados, professores universitários.

CMMC Acordo de Paris

14h30 Audiência preparatória para a COP 24, prevista para dezembro em Katowice, na Polônia, com a discussão de propostas para regulamentação do Acordo de Paris.

MP 830/2018 Fim do Fundo Soberano

15h30 Análise de relatório.

MP 836/2018 Setor petroquímico

15h30 Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Plenário vota prorrogação de contratos temporários

Medida provisória renova contratação de pessoal para os Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia. Antes, os líderes se reúnem para definir esforço concentrado

O PLENÁRIO DEVE votar hoje a medida provisória que prorroga contratos temporários de pessoal nos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Aprovada pelos deputados em julho, a

MP 829/2018 perde a validade em 14 de setembro e chega ao Senado trancando a pauta.

Antes da sessão de votação, marcada para as 16h, os líderes partidários participam de reunião na Presidência do Senado. A Casa deve realizar duas semanas de esforço

concentrado neste mês e uma terceira em setembro, antes das eleições de outubro.

Produção de cacau

Os senadores podem votar também um projeto de lei da Câmara que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

O objetivo do PLC 7/2017 é estimular a produção, o beneficiamento e a comercialização do produto a partir de parâmetros a serem definidos pelo poder público. O relator é Valdir Raupp (PMDB-RO).

Outro item da pauta é o texto substitutivo da Câmara a proposta que tipifica o crime de importunação sexual (SCD 2/2018). A pena prevista é de um a cinco anos de reclusão. O relator é o senador Humberto Costa (PT-PE).



Senadores podem votar substitutivo que tipifica importunação sexual

Audiência debate redução do preço do diesel

A comissão mista da medida provisória que, por meio de subsídios, reduziu o preço do óleo diesel até o fim de 2018 promove audiência hoje, às 14h. A MP 838/2018 foi uma das medidas editadas pelo governo federal em resposta à greve dos caminhoneiros, que provocou uma crise de abastecimento em maio deste ano.

Foram convidados para o debate representantes da Associação dos Engenheiros da Petrobras, da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) e da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo. Também devem participar o consultor legislativo aposentado da Câmara Paulo César Ribeiro Lima e um representante da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural).

A MP determinou subvenção econômica de R\$ 0,07 por litro de óleo diesel até 7 de junho, e de R\$ 0,30 o litro entre 8 de junho e 31 de dezembro de 2018. A medida visa reduzir o preço do combustível na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do diesel nos postos. De acordo com o governo, o gasto com o subsídio ficará limitado a R\$ 9,5 bilhões este ano. A MP já recebeu 36 emendas na comissão mista.

Na semana passada, a Presidência editou uma nova medida sobre o tema. A MP 847/2018 trata das mesmas ações da MP 838, mas restringe o subsídio ao diesel rodoviário, que é usado por caminhões, ônibus, caminhonetes e máquinas agrícolas. O texto da primeira medida não fez distinção do tipo de diesel, o que acabou fazendo a subvenção valer também para outras modalidades do combustível, como o diesel marítimo e o usado na geração de energia elétrica e no transporte ferroviário.

Outra mudança foi a inclusão da modalidade “importação por conta e ordem”, que não está no texto da MP 838. Segundo o governo, a mudança é necessária, pois as distribuidoras são impedidas de importar diesel diretamente. Assim, elas podem comprar diesel de importadoras ou por meio de empresa que faça a importação por conta e ordem, ou seja, uma modalidade de compra ficou com subvenção e a outra não, o que poderia criar “distorções na competição de mercado”, segundo o governo.

A MP 847, todavia, não alterou o prazo final do subsídio (31 de dezembro de 2018) nem o limite de gastos totais de R\$ 9,5 bilhões até essa data. O subsídio depende ainda da MP 839/2018, que abriu crédito extraordinário de R\$ 9,5 bilhões em favor do Ministério de Minas e Energia para pagar a conta da redução do preço do diesel. A MP 839 aguarda votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Deficit do Postalís é culpa de má gestão, aponta audiência

Os funcionários dos Correios estão pagando pelo deficit causado pela má gestão do fundo de pensão Postalís. A situação foi apresentada em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo o representante da Associação Gaúcha dos Aposentados dos Correios e Telégrafos, Luiz Fernando Silveira Netto, o deficit do Postalís chega a R\$ 16 bilhões.

— Há dinheiro a se recuperar do banco BNY Mellon. A sugestão é que se busque apoio para solucionar o problema junto à Advocacia-Geral da União.

Em janeiro, o Ministério Público Federal (MPF), com o apoio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e do Postalís, ingressou com ação civil pública cobrando mais de R\$ 8 bilhões do banco BNY Mellon em favor do Postalís.

Investimentos

No documento, o MPF pede que o BNY Mellon recompre as cotas de investimento do Postalís pelos mesmos valores informados ao Instituto pelo próprio banco e ressarça os valores relativos às taxas de administração que o Postalís pagou ao banco de forma indevida. A ação solicita ainda indenização por danos morais por considerar que a má gestão do banco no Postalís gera incerteza para os 130 mil participantes do fundo.

Para os participantes da audiência, a suspensão do pagamento da Reserva Técnica sobre Serviços Anteriores (RTSA), feita pelos Correios em 2014, contribuiu para o

deficit do Postalís. Segundo o vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), Maurício Lorenzo, essa parcela do deficit está sendo paga pelos funcionários do Correios.

— Corremos contra a situação em que os participantes ativos pagam a mais e os aposentados estão tendo uma redução do seu benefício para cobrir o deficit gerado.

Intervenção

Em outubro de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) decretou intervenção no Postalís pelo prazo de 180 dias e, em abril deste ano, prorrogou o prazo pelo mesmo período. De acordo com o interventor do instituição, Walter Parente, um dos objetivos da intervenção é minimizar o custo para os participantes.

— Isso [recuperar o fundo] não se faz de forma atropelada, sob pena de meter os pés pelas mãos. O Postalís é a instituição sobre a qual mais o Ministério Público Federal joga luz. Existem quatro equipes lá trabalhando em prol disso — afirmou.

Para Paulo Paim (PT-RS), que pediu a reunião, o problema enfrentado pelo Postalís é um reflexo da tentativa do governo de privatizar os fundos de pensão.

— Querer privatizar os fundos de pensão vai na mesma linha da privatização da Previdência. As pessoas percebem que não vão se aposentar e começam a investir na poupança ou vão para um fundo de pensão privada — disse o senador.



Funcionários e aposentados dos Correios participam da audiência

Colegiado discute impactos setoriais dos cortes orçamentários

Os impactos dos cortes orçamentários setoriais impostos pelo governo como resposta à crise fiscal serão discutidos hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A equipe econômica fez, desde 2016, uma série de cortes em despesas não obrigatórias que afetaram a área social e setores como educação e ciência.

Com a iminente sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) de 2019, cortes devem afetar o Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A expectativa é de redução de pelo menos R\$ 580 milhões.

Na última quarta-feira, a Capes anunciou que a restrição orçamentária levará ao corte de milhares de bolsas de pós-graduação, pesquisa e formação de profissionais

da educação básica, e à descontinuação de programas de cooperação internacional a partir de agosto de 2019.

Para o debate, proposto por Lindbergh Farias (PT-RJ), foram convidados o professor Pedro Rossi, da Unicamp, o representante da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, Thomas Manz, e a professora Esther Dweck da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também estarão presentes os representantes da Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil de Direitos Humanos, Denise Carreira, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, e a professora Ana Luíza Matos de Oliveira, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Neste ano, para custear a subvenção ao óleo diesel, a equipe

econômica ainda cancelou dotações orçamentárias de R\$ 3,82 bilhões. Na saúde, esse corte foi de R\$ 5,26 milhões somente na Fundação Oswaldo Cruz. Na educação, foram cancelados R\$ 55,1 milhões de bolsas para reestruturação e fortalecimento das instituições de ensino superior, e o Ministério das Cidades perdeu R\$ 7,74 milhões do Programa Moradia Digna.

Merenda escolar é vigiada no país por 80 mil “detetives”

Integrantes voluntários dos 6 mil Conselhos de Alimentação Escolar espalhados pelo país fiscalizam forma como prefeitos e governadores aplicam verba federal destinada à nutrição de alunos das escolas públicas

Ricardo Westin

EM BRASÍLIA, COLÉGIOS públicos servem pipoca como prato principal das crianças. Na cidade de São Paulo, o diretor de uma escola municipal marca com caneta a mão das crianças que já lancharam, para impedir que voltem para a fila e comam outra vez.

No estado de São Paulo, uma CPI investiga propinas pagas na aquisição do lanche de colégios estaduais. Em Bom Jardim (MA), a prefeita acusada de embolsar verbas da merenda e exibir nas redes sociais sua vida luxuosa ganha a alcunha de “prefeita ostentação”.

Recorrentes no noticiário, problemas como esses se explicam, em parte, pelo gigantismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o que dificulta a fiscalização.

Por meio do programa, o Ministério da Educação (MEC) investe bilhões de reais para que diariamente haja merenda em todas as escolas públicas do Brasil — municipais e estaduais, da creche ao ensino médio.

O dinheiro vai para os 5.570 prefeitos e os 27 governadores, que compram os alimentos que serão preparados pelas merendeiras e servidos aos estudantes. No ano passado, o MEC aplicou R\$ 3,9 bilhões.

Devido à capilaridade e à descentralização do programa,

o MEC não tem braços suficientes para vigiar o destino da verba. Tal missão é confiada aos 5.597 Conselhos de Alimentação Escolar, um para cada prefeitura e governo estadual.

Os conselhos são formados por voluntários da sociedade e do poder público que trabalham sem receber salário.

Como detetives, 80 mil conselheiros investigam com lupa tudo que envolve a merenda: o depósito do dinheiro federal na conta bancária, a prestação de contas do município ou do estado, a escolha dos alimentos, a licitação, a entrega dos produtos, as condições de armazenamento, a higiene das cozinhas, o preparo e o valor nutricional das refeições e até mesmo a satisfação dos alunos.

Para ajudar os conselheiros na investigação, o MEC e o Tribunal de Contas da União (TCU) recentemente publicaram uma cartilha contendo dicas bem práticas — como averiguar se a empresa de alimento vencedora da licitação não pertence a algum político e verificar se a lixeira do refeitório não fica cheia depois do lanche, o que indicaria comida ruim.

Maquiar realidade

O vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal, André Luiz de Souza Santos, afirma:

— As visitas que nós fazemos às escolas são de surpresa, sem aviso, para que os diretores não tenham tempo de maquiar a realidade. Ainda há diretores que só olham o ensino e negligenciam a alimentação. Não percebem que a criança com fome não consegue assimilar

o que o professor ensina.

O coordenador-geral substituto do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Valmo Xavier da Silva, acrescenta:

— Existem casos, e não são poucos, de crianças muito pobres que comem apenas no colégio. É só por causa da alimentação escolar que elas vão todos os dias para a aula.

No ano passado, no Cruzeiro (DF), um menino de 8 anos desmaiou de fome assim que chegou à escola pública onde estudava e teve que ser socorrido por uma ambulância.

Valor congelado

O MEC destina um valor fixo à alimentação de cada aluno. Para um estudante do ensino fundamental ou médio, são R\$ 72 por ano (R\$ 0,36 por dia letivo). Para uma criança da creche, R\$ 214 por ano (R\$ 1,07 por dia).

— Os valores são um absurdo, incompatíveis com o preço dos alimentos praticados no Brasil — critica a senadora Rose de Freitas (Pode-ES).

Por essa razão, o dinheiro do MEC precisa ser complementado por prefeituras e estados, mas isso nem sempre ocorre.

Rose lembra que o valor dos repasses federais passam longos períodos congelados. De 2012 a 2016, não tiveram reajuste. O último aumento foi em 2017. Por isso, ela redigiu um projeto que obriga o governo a reajustá-los anualmente conforme a inflação. O PLS 394/2016 está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em outra frente, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou um projeto que duplica o repasse federal para os alunos que vivem em cidades em situação de extrema pobreza (onde pelo menos 30% da população tem renda familiar mensal de até R\$ 77 per capita). O PLS 217/2015 é estudado pela Câmara.

— As necessidades nutricionais de crianças e jovens são as mesmas em todo o país, mas são muito diferentes as suas possibilidades de tê-las supridas adequadamente. Nos municípios pobres, ainda há desnutrição infantil — diz.

Roberto Rocha também é autor do PLS 216/2015, que transforma o desvio de dinheiro da merenda em crime específico, listado no Código Penal, com pena de até 14 anos de prisão. O projeto está pronto para ser votado na Comissão

Dicas para a investigação

A tarefa de fiscalizar o dinheiro e a qualidade da merenda cabe aos integrantes dos Conselhos de Alimentação Escolar. Veja, abaixo, o que eles devem fazer:

O preço

- O preço do alimento está de acordo com os valores do mercado? Se uma empresa oferecer preço baixo demais, ela poderá não sustentar o fornecimento. Se oferecer preço muito alto, é indicio de desvio de dinheiro.
- O preço do produto segue o praticado por grandes atacadistas? Se um supermercado comum cobra R\$ 4 pela dúzia da banana, a prefeitura ou o estado não poderá comprar milhares de dúzias por esse mesmo preço. O justo será um preço mais baixo, semelhante ao cobrado por hipermercados atacadistas.

O fornecedor

- A empresa que emitiu a nota fiscal é mesmo do ramo de alimentos? Um posto de gasolina não pode ser o fornecedor da alimentação escolar.
- A empresa tem porte suficiente para fornecer os alimentos? Uma simples mercearia não tem condições de abastecer várias escolas.
- A empresa é de propriedade de alguém ligado à compra? O fornecedor dos alimentos não pode ser da família do governador, do prefeito, do secretário de Educação ou do diretor da escola.

O ingrediente

- O alimento recebido é exatamente aquele que foi comprado? A empresa não poderá entregar carne de segunda se o governo tiver pago por carne de primeira.
- A quantidade do alimento é aquela que está no contrato? A empresa não poderá fornecer alimentos em quantidade menor do que a comprada.

O depósito

- O que observar no depósito de alimentos? É preciso verificar se os itens estão dentro do prazo de validade, se o refrigerador tem termômetro, se não bate sol nos alimentos, se as prateleiras não estão enferrujadas, se no local não se guardam produtos de limpeza e se não há animais como ratos e baratas.

A escola

- Como escolher a escola a ser inspecionada? É preciso fazer um rodízio de escolas e dar especial atenção àquelas distantes do centro da cidade e àquelas que atendem índios e quilombolas, pois costumam apresentar condições mais precárias.
- Quando ir à escola para fazer a inspeção? Não importa o momento. O essencial é não avisar o diretor com antecedência, para que ele não tenha tempo para eventualmente maquiar a realidade.

O refeitório

- O refeitório está cheio de estudantes ou vazio? Se o refeitório escolar estiver vazio, é sinal de que a comida não está sendo bem aceita pelos alunos.
- Como está a lixeira? Se houver muitos restos de comida no lixo, é indicativo de que os estudantes não estão gostando das refeições servidas na escola.

O cardápio

- Como analisar o prato dos estudantes? A comida precisa estar conforme o cardápio previsto pelo nutricionista para aquele dia, com alimentos saudáveis e de boa aparência e sem itens proibidos (como chocolate, refrigerante e suco em pó).

O aluno

- O que perguntar aos alunos? Os estudantes podem responder se a alimentação escolar é servida todos os dias e se gostam dela.

Fontes: Programa Nacional de Alimentação Escolar e Tribunal de Contas da União



Verba federal garante alimentação em todas as escolas públicas. Rose defende que repasse sofra reajuste anual e Roberto Rocha quer coibir desvio de dinheiro



Gerardo Magela/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

de Constituição e Justiça (CCJ).

Os problemas que os conselheiros encontram devem ser denunciados ao MEC, ao TCU, ao Ministério da Transparência e Fiscalização, à Polícia Federal, ao Ministério Público, à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal.

Reality show

Para que as boas práticas na merenda se tornem conhecidas e sejam replicadas, o governo tem apostado em competições nacionais. Está com as inscrições abertas um concurso destinado aos conselheiros. O MEC receberá até o dia 19 a descrição das experiências dos conselhos municipais e estaduais e escolherá as 15 mais inovadoras e criativas para publicar num livro.

Uma competição dirigida às merendeiras selecionou as receitas mais nutritivas e saborosas preparadas por elas

para os estudantes. As dez vencedoras agora estão gravando o programa *Super Merendeiras*, da TV Escola, um reality show nos moldes do *Masterchef*, em que jurados elegem o melhor prato de todos.

A alimentação escolar virou política pública em 1955, no governo Café Filho. A ação foi batizada de Campanha de Merenda Escolar, que lentamente cresceu até virar o maior programa do gênero no mundo. Em 1988, a alimentação escolar se transformou num direito constitucional dos estudantes.

Saiba mais

Veja edital de concurso para conselheiros da merenda escolar <http://bit.ly/editalMerenda>

Leia cartilha do MEC e do TCU para conselheiros de alimentação <http://bit.ly/cartilhaMerenda>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania